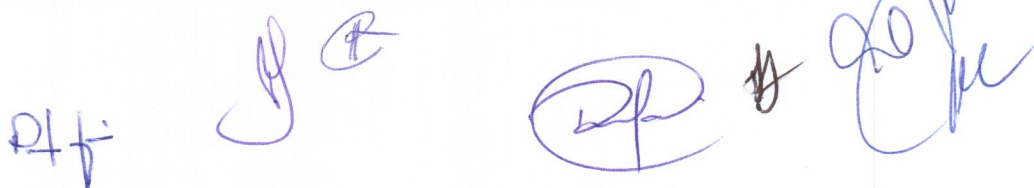


**Reunião da Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de  
Certificação de Unidades Armazenadoras com os Organismos de  
Certificação de Produtos - OCPs**

Às catorze horas do dia vinte e sete de julho de dois mil e onze, na sala de reuniões da Embrapa Soja, em Londrina-PR, ocorreu a Reunião da Comissão Técnica Consultiva do Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras com os representantes dos Organismos de Certificação de Produtos (OCPs) e representantes das Universidades credenciadas para formação de auditores do sistema, tendo a finalidade específica de esclarecer dúvidas a respeito da IN 29/2011. A reunião contou com a participação dos membros e convidados constantes da lista de presença anexa. O Senhor Carlos Alberto Nunes Batista, Secretário Executivo da Comissão, iniciou a reunião dando as boas vindas aos presentes e solicitou aos participantes que se apresentassem como segue: Irineu Lorini – ABRAPÓS; Robson Mafioletti – OCEPAR; Alcemir Chiodelli – COTRIGUAÇU; Luiz Felipe Glock – ABCAO; Maria Salete de Oliveira Gomes – CEAGESP; Tetuo Hara – CENTREINAR; Paulo Carneiro Junqueira – OCB; José Roberto Medeiros Silva – CONFEA; Luiz Sebastião Bronzatti – COAMO; José Ronaldo Quirino – Sindicato dos Armazéns Privados; Célio Garcia de Oliveira – CARAMURU; Carlos Alberto Nunes Batista – MAPA; Milton Libardoni – CONAB; Juliano Germano e Guilherme Correa - WQS Certificações de Produtos Ltda; Caetano Conceição – INMETRO; André Paludo – TECPAR CERT; Rafael Bueno – CONAB; Marcelo Álvares – ABRAPÓS; Ricardo Tomé – CONAB; Haroldo Lucio do Amaral – MAPA; Roberto Siqueira Filho - Unidade Técnica do MAPA – Londrina PR; Luciana dos Santos – BRTÜV Avaliações da Qualidade S.A.; Dirceu Ferreira – TÜV Rheinland do Brasil Ltda; Dayana Costa Brito – ICQ Brasil; Naciolinda Obers e Paulo Fernando Bundzius – DACE/IPEM; Carolina Portella e João Vitor Lopes – WQS Certificações de Produtos Ltda; Maira Tomie Ishiwatari – SGS ICS Certificadora Ltda; Airtón Lange e Jonas Pinto – Fundação Pró-Sementes. Em seguida, o Senhor Carlos Alberto passou a palavra ao Senhor Milton Libardoni, Coordenador da Comissão, que apresentou um breve histórico sobre a sua nomeação para o cargo de Coordenador da Comissão Técnico Consultiva do Sistema Nacional de Armazenagem e fez alguns esclarecimentos sobre o trabalho da Comissão. O Senhor Libardoni comentou sobre a necessidade de flexibilização das normas de certificação e sobre a solicitação do Ministro da Agricultura para avaliar as propostas do setor armazenador e revisar as normas de certificação, para o qual foi dado um prazo de seis meses. Prosseguindo, o Senhor Libardoni fez uma breve descrição do trabalho desenvolvido pela Comissão na revisão dos Requisitos Técnicos e do RAC e salientou que a idéia foi alterar o mínimo possível as normas anteriores, flexibilizando os pontos necessários e detalhando os itens, para maior clareza das normas. Em seguida, o Senhor Carlos Alberto pediu licença para registrar a presença do Professor Moacir Elias – UFPEL e solicitou a apresentação dos participantes que chegaram posteriormente: Maria Cristina – PUC/Paraná; Rafael Schiavon e Maurício de Oliveira – UFPEL. Dando continuidade, o Senhor Carlos Alberto mencionou que seria passada a palavra aos OCPs para esclarecimentos sobre a IN 29/2011 e solicitou às OCPs que estivessem representadas por mais de um membro, nomeassem um único





interlocutor para maior agilidade dos trabalhos. Em seguida, o Senhor Juliano Germano – WQS comentou que atualmente, além de oferecer o serviço de certificação às unidades armazenadoras as empresas trabalham com pré-auditorias, mostram um diagnóstico da unidade armazenadora e também oferecem cursos internos para funcionários, o que facilita no processo de certificação de unidades armazenadoras. O Senhor Carlos Alberto ressalta que é muito importante esta sinergia entre os Organismos de Certificação e o Setor Armazenador, bem como os demais órgãos envolvidos no processo de certificação. O Senhor Dirceu Ferreira – TÜV Brasil agradeceu o convite para participar do encontro e comentou sobre a distância entre a proposta de certificação e a certificação na prática. Ressaltou também que, durante os cursos de auditor e na reunião com o INMETRO não houve esclarecimentos adequados sobre o processo de certificação e salienta a necessidade da participação de representante do Organismo de Certificação de Produtos - OCP na Comissão Técnica Consultiva de Certificação, a qual poderia ser feita através da Associação Brasileira dos Organismos de Certificação (ABROC). O Senhor Carlos Alberto explica que a vinculação dos OCPs é direta em relação ao INMETRO, mas não o é em relação a Comissão Técnica Consultiva. Os OCPs argumentaram que as dúvidas encaminhadas ao INMETRO não estavam sendo esclarecidas e que não se sentiam amparados pelo INMETRO no processo de certificação. O Senhor Irineu Lorini ressalta que é importante este levantamento das dificuldades enfrentadas pelos OCPs e o Senhor Milton Libardoni complementa que é necessário verificar as possíveis soluções para uma melhor relação INMETRO/OCPs, e sugere que seja inserido no site de certificação do MAPA as perguntas mais frequentes dos OCPs, facilitando os esclarecimentos de eventuais dúvidas sobre certificação. Quanto à participação do OCP na Comissão, disse que no momento não podia responder, mas o assunto seria discutido em colegiado. Informou que quem credencia os Organismos é o INMETRO, portanto, por meio daquele órgão, já fazem do processo. Em seguida, o Senhor Dirceu Ferreira comentou que a forma como as normas foram descritas no RAC, colocam algumas dificuldades aos OCPs e torna difícil a manutenção da certificação, salientou também que não estão claros no texto os processos de acreditação de uma empresa de certificação. Questionou a respeito da validade do certificado ser de cinco anos e sugeriu que o prazo para supervisão das unidades certificadas fosse revisto e alterado para anual. Outras questões colocadas pelo Senhor Dirceu Ferreira foi a respeito da obrigatoriedade de renovação da acreditação dos OCPs junto ao INMETRO a cada alteração da IN e a possibilidade de se usar modelo próprio de certificado dos OCPs. Dando continuidade, o Senhor Dirceu Ferreira comentou sobre a qualidade técnica da auditoria e sugeriu que fosse elaborada uma tabela sobre o tempo mínimo do serviço de auditoria e a capacidade de armazenamento da unidade, evitando-se defasagens ou discrepâncias de preços na qualidade de serviços entre os OCPs. Em resposta às dúvidas apresentadas, o Professor Moacir Elias – UFPEL comentou sobre a reunião realizada entre representantes da antiga Comissão, INMETRO e OCPs e esclareceu que nos cursos de auditoria ministrados pela UFPEL e demais universidades, há um item específico sobre o INMETRO, no qual consta que quem pode certificar são os OCPs acreditados pelo INMETRO, bem como um item específico sobre como é a sistemática da certificação. O Professor Moacir Elias complementa que os cursos podem ser melhorados, mas que os itens em





questão constam do programa dos cursos de auditoria. Em seguida a Senhora Dayana – ICQ Brasil, sugere a criação de critérios que possam ser exigidos das Unidades Armazenadoras pelas certificadoras após o processo de certificação. A Senhora Carolina Portella – WQS comenta sobre a necessidade de implantação de procedimentos de registros, pois as unidades armazenadoras certificadas tendem a perder os registros, caso não haja fiscalização anual. O Senhor Paulo Junqueira explica que o processo de certificação deve estar em andamento, portanto, se este processo não estiver sendo implementado pelos OCPs, perde a razão da sua existência. O Senhor Guilherme Correa - WQS esclarece que o que está sendo sugerido pelas OCPs é a supervisão anual das unidades armazenadoras, após a certificação, para verificar se os procedimentos estão sendo mantidos. O Senhor Irineu Lorini menciona que o sistema tem que ser assumido e tem que ser seguido, e que é necessário fazer o processo de certificação caminhar. Complementa ainda, que no final de 2012 é que será possível ter um primeiro termômetro do processo de certificação e que aqueles que não estiverem em busca de qualidade, não se manterão no processo. Prosseguindo, o Senhor Milton Libardoni solicitou ao representante do INMETRO, Senhor Caetano Conceição, que apresentasse os esclarecimentos às dúvidas mencionadas. O Senhor Caetano explicou que, em relação à IN 29, há organismos que já pediram adequação à Instrução Normativa e outros já foram testemunhados com base na IN 29, e esclareceu que todas as vezes que as normas são alteradas, os OCPs devem solicitar adequação, uma vez que este é um dever dos OCPs acreditados. Complementa também que há um gestor de acreditação para cada OCP e que este é o ponto focal para esclarecimentos e dúvidas. Sobre os cursos de auditor, o Senhor Caetano confirmou que a certificação e a obrigatoriedade de acreditação constam do programa destes cursos; comentou também, que considera pertinente a reivindicação de representação dos OCPs na Comissão. A respeito da validade do certificado, o Senhor Caetano informou que concorda que a supervisão deve ser anual, pois garante maior confiabilidade no processo de certificação, mas que esta foi uma decisão do regulamentador. O Senhor Caetano comentou também que a dificuldade de obter informações pode ser registrada no canal de reclamações do INMETRO e salienta que o gestor de acreditação é o ponto de comunicação entre os OCPs e o INMETRO. Em seguida, o Senhor Milton Libardoni comentou que a IN 41 alterou somente os prazos da certificação e que na IN 29, alguns pontos de caráter técnico operacional foram modificados. Desta forma, em sua visão, o INMETRO deveria manter os OCPs já credenciados e que considera inviável para o processo de certificação, os OCPs levarem de 3 a 6 meses a adequação do escopo da acreditação junto ao INMETRO. O Senhor Caetano explicou que a solicitação de adequação é feita através da Norma 1711 através do Sistema do INMETRO, então é realizada a análise de viabilidade, designação de equipe e análise dos documentos. Prosseguindo, o Senhor Bronzatti – COAMO pediu a palavra e disse que gostaria de colocar uma questão aos OCPs: ele sugere que as certificadoras criem um serviço de vistoria “orientativa”, no qual os OCPs realizem, nos períodos de entressafras um check list “orientativo” para o armazenador. Alguns representantes dos OCPs comentaram que quem certifica não pode prestar consultorias, isto consta do Termo de Compromisso das Certificadoras, e que o serviço de consultoria é um serviço à parte, fora do processo de certificação. A seguir, o Senhor André Paludo – TECPAR CERT

Rt.f.

J B

Q

SS  
de



comenta sobre as visões dos interessados (Ministério, INMETRO, Universidades, etc.) e sobre a representação do certificador na Comissão. O Senhor André comentou também que fez o curso do CENTREINAR, assim como outros colegas que fizeram na UFPEL, consideraram que a formação de auditor é pouco eficiente, mas a formação para o curso de armazenagem é muito boa. Assim, entende não haver segurança às pessoas para trabalhar como auditor e que os cursos devem melhorar muito; outro ponto ressaltado foi em relação aos custos e demanda de tempo para revisar novamente a documentação junto ao INMETRO. Salaria que isto torna o processo moroso e impõe dificuldades sobre a expectativa de avanço do sistema. O Senhor Carlos Alberto – MAPA ressaltou que a participação dos OCPs na Comissão será avaliada e solicitou aos OCPs que encaminhem uma solicitação formal via associação (ABROC). Em seguida, o Senhor Caetano – INMETRO comentou sobre a qualificação do auditor e informou que há critérios mínimos para a qualificação de auditor e que os OCPs devem seguir o que está no regulamento, mas não devem, necessariamente, restringir-se somente a isto. Prosseguindo, o Senhor Paulo Fernando – DACE/IPEM comentou sobre a eliminação do item 4.2.3 do RAC. O Senhor Paulo Junqueira informou que isto foi uma exigência do INMETRO. O Senhor André Paludo – TECPAR CERT comentou que a manutenção da Comissão Interna de Certificação é o que mais onera, em termos de prazos, no andamento do processo de certificação, uma vez que a participação nesta Comissão é voluntária, sem remuneração e os membros desse colegiado, via de regra, não atendem as cobranças por celeridade na condução de seu trabalho. O Senhor Caetano – INMETRO explicou que decidir a exigência ou não da Comissão de Certificação cabe ao regulamentador e que em caso negativo, o organismo decide se monta ou não uma comissão. Comentou também, que caso a comissão seja formada por membros externos, ela está sob a responsabilidade do OCP, pois está dentro da estrutura do OCP, portanto considerada uma comissão interna e sugeriu que se avalie a possibilidade de retirar a exigência da comissão no RAC, uma vez que isto traz dificuldades aos trabalhos dos OCPs. O Senhor Carlos Alberto – MAPA resalta que o INMETRO participou da Comissão e que na ocasião em que o assunto foi discutido o INMETRO não se manifestou dessa forma, com a mesma orientação. O Senhor Libardoni – CONAB complementa que a orientação foi mexer apenas nos itens realmente necessários dos requisitos técnicos e do RAC e que considera que não há necessidade de fazer curso de auditor para cada IN modificada e que a IN foi alterada de acordo com as contribuições recebidas dos interessados (OCPs, Setor Armazenador, Sindicatos e Associações afins) e que não é apenas um trabalho da Comissão, e informou que as reivindicações seriam elencadas e que quando houver um grande volume de alterações, aí sim será possível fazer novas modificações na IN. O Senhor Paulo Fernando – IPEM considera que as alterações devem ser feitas agora, antes que o sistema de certificação comece para valer. Houve amplo debate sobre o assunto. O Senhor Chiodelli – COTRIGUAÇU comentou que uma vez que a empresa é constituída, a responsabilidade na implementação do sistema e outros correlatos é direta da empresa, sem envolver os auditores, que são por ela contratados. Complementou ainda que a representatividade dos OCPs na Comissão se dá através do INMETRO, que é o órgão acreditador ou a própria Comissão Técnica. O Senhor Paulo Fernando concorda com o Senhor Chiodelli e disse que o INMETRO não informa quando

Pt. 1

8

P

Paulo Fernando

Caetano

André

SS



há reunião e nem o resultado da mesma. O Senhor Chiodelli comentou também sobre as sugestões solicitadas aos OCPs durante a fase de revisão dos Requisitos Técnicos e do RAC e acrescentou que todos devem estar abertos a mudanças, e que concorda com o Senhor Lorini sobre a necessidade de agilizar o processo de certificação de armazéns. Dando continuidade, a Senhora Carolina Portella – WQS teceu comentários sobre o processo de solicitação de adequação dos OCPs pelo INMETRO, salientando que o prazo de 6 meses inclui não apenas a aprovação do INMETRO, mas também o processo de aprovação e adequação interna do organismo certificador, incluindo alteração de check list. A Senhora Carolina comentou também que embora algumas descrições dos Requisitos Técnicos foram melhoradas, ainda há outros que deixam brechas para dupla interpretação e dúvidas. Prosseguindo, o Senhor José Ronaldo Quirino – Sindicato de Armazéns Privados, comentou que esperava que nesta reunião fossem discutidos estas dúvidas técnicas, para esclarecer e haver justamente um melhor entendimento dos Requisitos Técnicos por parte dos OCPs e, no entanto, muitas questões não haviam sido colocadas em discussão. Em seguida, o Professor Moacir Elias – UFPEL esclarece que é necessário tomar alguns cuidados para não perder o foco, que se trata de auditoria técnica, que é diferente da vivência do INMETRO e dos OCPs de verificar check lists, e que nos Requisitos Técnicos, existem apenas dois pontos que são paramétricos, o número de pontos de medida de termometria e a razão mínima de aeração. O restante é auditoria técnica, disse. Acrescenta também, que para evitar divergências de interpretações técnicas, as Universidades prepararam os cursos, e que é preciso ficar claro que a responsabilidade da certificação não é do auditor, é do OCP, e é a empresa que tem que assegurar a independência do auditor. O contrato de serviço é entre a empresa certificadora e o armazenador, mas quem vai efetuar o julgamento técnico é o auditor. O Senhor Moacir Elias comenta ainda que as universidades também não estão representadas na Comissão e que não é esta representação das universidades e dos OCPs é que resolverão os problemas, e que é necessário implantar o sistema e não inchar a Comissão; que há claramente interesses antagônicos, mas deve-se implantar o sistema e não inviabilizá-lo e que há uma demanda grande para os cursos de formação de auditor. Posteriormente, o Senhor Paulo Junqueira – COMIGO comenta sobre as felizes colocações do Professor Moacir Elias a respeito da formação de auditores e sobre a forma como o auditor realiza o check list. A Senhora Carolina Portella – WKS questiona a descrição do isolamento das unidades armazenadoras e o Professor Moacir Elias esclarece que na presença de casas dentro do perímetro da unidade, se esta estiver localizada à 1 km da unidade, a casa está isolada, de outra forma, deverá ser isolada por barreira física. O Senhor Chiodelli comenta sobre os problemas de interpretação e ressalta que é preciso considerar a operação da unidade armazenadora e que é necessário conhecer o sistema de armazenagem, para analisá-lo em relação a leitura do Requisito Técnico. O Senhor Rafael Bueno – CONAB complementou que a descrição deste Requisito Técnico foi bastante debatida na Comissão, justamente para que houvesse clareza na redação e evitasse dúvidas. A seguir, o Senhor Bronzatti – COAMO, comentou sobre as barreiras de comunicação e interpretação e coloca duas questões aos OCPs, uma a respeito de uma unidade ter a documentação localizada numa administração central e outra, sobre os procedimentos padrões, como é

Pt-f:



orientado o auditor sobre a necessidade de se ter o manual, circular, instrução de trabalho, etc. Respondendo às questões do Senhor Bronzatti, o Senhor André Paludo – TECPAR CERT comenta que eles costumam fazer um levantamento das instalações da Unidade, além do armazém propriamente dito, para identificar onde estão localizados os documentos das unidades, bem como o setor de recursos humanos e então visitam o escritório para obter e checar os documentos necessários. Em relação à segunda questão, o Senhor André Paludo relata a necessidade de se ter um documento descrevendo o procedimento e que o auditor verifica se o procedimento está descrito de acordo com a IN e se o operador sabe como funciona. O Senhor José Ronaldo comenta que há empresas que estes procedimentos são chamados de procedimentos operacionais. O Professor Moacir Elias comenta que nos cursos os auditores são orientados de acordo com as exigências do INMETRO, sobre a documentação, esta deve ser localizada e auditável, mas não necessariamente estar na unidade no momento da auditoria; em relação à responsabilidade técnica, é necessário ter registro no CREA e, no caso da unidade armazenadora terceirizar este serviço, deve apresentar toda a documentação exigida; já a questão dos procedimentos, é importante que este esteja descrito e que o operador saiba como funciona independente se o mesmo está escrito em manual, circular, etc. O Senhor André Paludo questiona se no caso de prestador de serviço é suficiente apenas o contrato. O Professor Moacir Elias esclarece que o OCP deve verificar se a empresa está com a documentação em dia, mas que outras licenças competem a outros órgãos e não ao OCP. O Senhor Rafael Bueno – CONAB salienta que é importante casar os documentos de registros de controles com os relatórios técnicos e verificar se o nome mencionado no contrato consta dos outros documentos. Em seguida, o Senhor Bronzatti questiona a necessidade de haver normas, registros e evidências de procedimentos. O Senhor Dirceu Ferreira comenta que o procedimento não precisa estar escrito, mas é importante verificar o uso e o costume do procedimento. Encerradas as apresentações de dúvidas e questionamentos por parte dos OCPs, após ampla discussão dos temas envolvidos, o Senhor Carlos Alberto – MAPA passa a palavra ao Senhor Irineu Lorini – ABRAPÓS para as considerações finais. O Senhor Lorini menciona que a conversa foi extremamente positiva e que acredita muito na certificação. Ressalta também, que a responsabilidade sobre o setor de armazenagem é de todos que estão participando da reunião, Comissão, OCPs, INMETRO e Universidades e que há um longo caminho a trilhar e o importante é dar início ao processo de certificação de unidades armazenadoras e que, embora haja problemas a serem sanados, fica muito satisfeito de se estar discutindo melhorias do sistema e não como ressucitá-lo. Destaca também a importância desta interação e sugere que a revisão das normas deve ser realizada em 2013, mas que em 2012 tem que se fazer o sistema caminhar e que no Encontro com os Armazenadores é importante mostrar a credibilidade da certificação. Finalizando, o Senhor Milton Libardoni comentou que muitos armazenadores perguntam para que certificar, se não há fiscalização e que o Senhor Carlos Alberto juntamente com o MAPA e as Universidades, estão programando cursos para os Fiscais Federais Agropecuários do MAPA. O Senhor Libardoni também ressalta o comentário do Professor Moacir Elias de que este é um processo em construção e que embora haja falhas, o país precisa do sistema de certificação de unidades armazenadoras. Encerrando os

Plf



trabalhos desta reunião, o Senhor Milton Libardoni agradeceu a presença de todos e o Senhor Lorini passou algumas instruções para o Encontro do Setor Armazenador no dia 28/09/2011. A reunião se encerrou às 18:15 horas, da qual foi lavrada a presente ata.

90

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Amiguirra", "Ple", and "Lorini".